

1º de Maio: Dia do Trabalhador em cenário ainda mais difícil com Covid-19

Os últimos anos têm sido difíceis para os trabalhadores. Perda de direitos, aumento do desemprego devido ao baixo desempenho da economia, informalidade, redução da renda, crescimento da desigualdade, em razão das políticas neoliberais. No Congresso Nacional, foram aprovadas propostas que fragilizaram as relações laborais, limitaram o papel da Justiça do Trabalho no julgamento de controvérsias trabalhistas e enfraqueceram os sindicatos e a representação dos trabalhadores.

Há muito pelo que lutar e, neste momento de isolamento social, os sindicatos vêm mostrando que são fortes e têm capacidade de mobilização, mesmo à distância. São eles os principais responsáveis por conquistas relacionadas à manutenção do emprego, da renda e às iniciativas de proteção à saúde do trabalhador. A conjuntura impõe desafios enormes, como mostra este Boletim.

Demissão e fragilização do trabalhador em momento de pandemia

DIEESE capta cerca de 240 mil demissões noticiadas pela grande imprensa durante crise do coronavírus

Devido à interrupção da coleta e divulgação das pesquisas oficiais sobre o mundo laboral, o DIEESE avaliou como necessária a criação de outro tipo de levantamento para checar a movimentação do mercado de trabalho, cuja situação tem sido agravada pela crise do coronavírus, que afeta toda a economia. Com um mecanismo de

raspagem de dados da internet, o Departamento rastreou notícias de demissões ocorridas no período em todo o país.

Até o fim de abril, foi possível captar em matérias jornalísticas a ocorrência de 239.534 desligamentos no Brasil.

Apagão estatístico

As principais pesquisas oficiais sobre desemprego e renda enfrentam interrupções, o que impede a sociedade brasileira de conhecer os reais efeitos da recessão causada pelo coronavírus e a situação em que se encontram os trabalhadores.

O Caged, que registra informações mensais sobre contratações e desligamentos, foi suspenso em 30 de março. Os últimos dados divulgados são referentes a dezembro de 2019. Em nota, o Ministério da Economia atribuiu o problema ao fato de as informações não terem sido entregues pelas empresas, que estariam com dificuldades para se adaptar ao novo canal de transmissão de informações, o eSocial.

Já o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) paralisou a coleta presencial da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). Divulgou os resulta-

dos do trimestre terminado em março, mas não garante a divulgação de abril, apesar de ter ampliado o prazo para a realização das entrevistas, agora feitas por telefone, até 20 de maio.

Dados oficiais sobre o número de empregos preservados com o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda têm sido divulgados durante a crise, mas de forma imprecisa e pouco transparente.

O desinvestimento e a falta de apreço pela informação do governo têm sido apontados como fatores que levaram à piora na qualidade de algumas estatísticas oficiais, mas a situação se tornou mais preocupante diante da instabilidade econômica, agravada pela pandemia. Sem dados confiáveis, não é possível estimar o impacto da crise na ocupação e na renda, o que dificulta a formulação de políticas públicas de proteção ao emprego e de estímulo à economia.

Desligamentos por setor e região

Do total de 239.534 desligamentos captados na imprensa fazem parte informações veiculadas sobre 165 mil demissões nas indústrias de Santa Catarina, registradas por uma pesquisa primária realizada pela Fiesc (Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina).

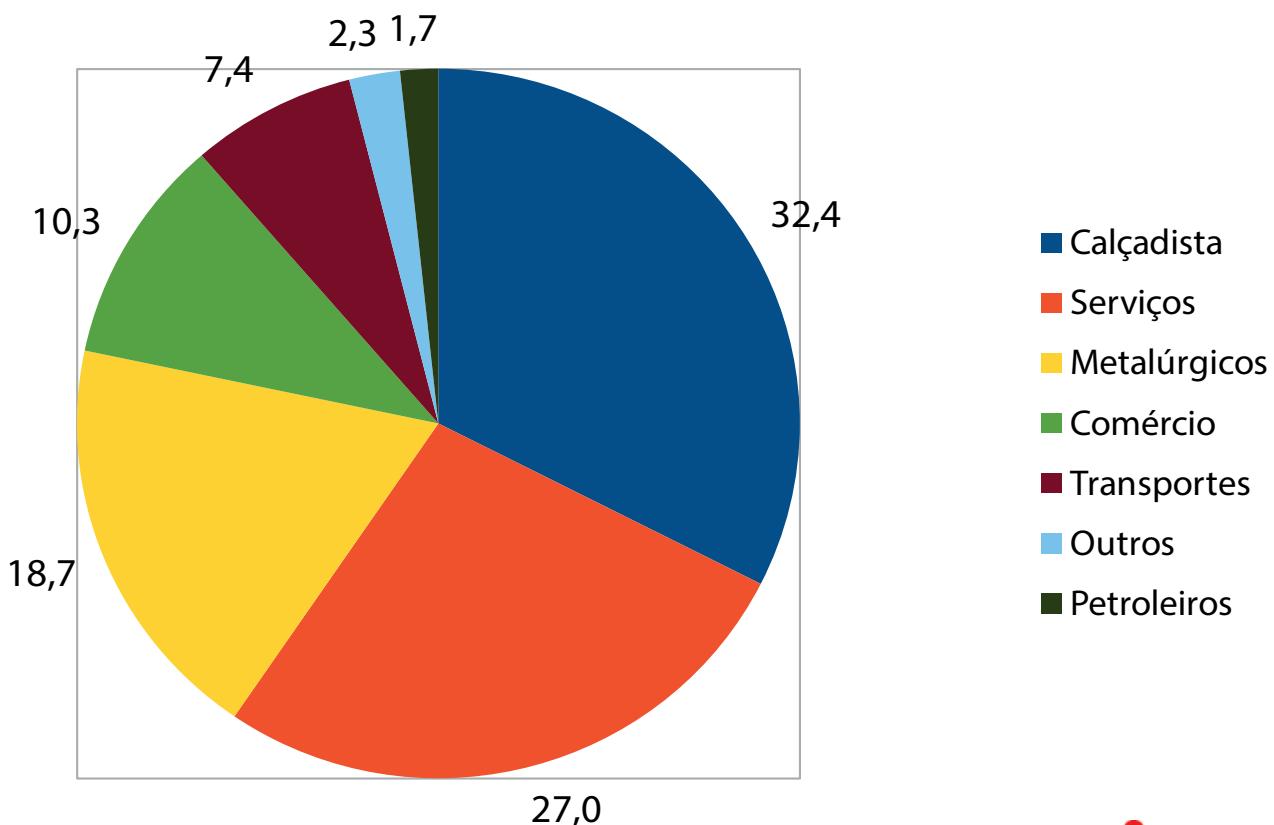
As demais demissões noticiadas pelos veículos de comunicação, 74.534, distribuem-se, setorialmente, da seguinte forma: 32,5% ocorreram no setor calçadista; os serviços responderam por 27,1% dos desligamentos; 18,8% se referiam à dispensa de metalúrgicos; 10,3%, a trabalhadores do comércio; 7,4% aos dos transportes; 1,7% a petroleiros; e 2,3% a trabalhadores de outras atividades, como artes, cultura, esporte, químicos, metalúrgicos, geração de energia, vestuário e jornalismo.

Do ponto de vista regional, o Sudeste foi a região que mais noticiou demissões, com

60% dos desligamentos. O estado de São Paulo se destaca, com 29,6% dos desligamentos veiculados na imprensa. Todavia, outras notícias registraram previsões de mais de 3,81 milhões demissões em todo o país. Esses desligamentos estimados se concentrariam, sobretudo, nos setores da indústria e do comércio.

A análise das notícias sobre dispensa não permite que se façam estimativas sobre a quantidade ou a distribuição de desligamentos no país, inclusive porque diversas notícias não contêm o local ou o número exato de trabalhadores dispensados, mas somente uma estimativa ou previsão de demissões. No entanto, pode-se observar ações do movimento sindical para reverter os desligamentos. Muitas vezes, o próprio movimento sindical (sindicatos e federações) é a fonte primária das informações recolhidas pelos órgãos de imprensa.

GRÁFICO 1
Distribuição dos desligamentos noticiados por setor de atividade (em %)



Obs.: Excluídas as 165 mil demissões captadas pela pesquisa da Fiesc. Refere-se a 74.534 desligamentos

Negociações coletivas das entidades sindicais no enfrentamento da Covid 19

Além da busca por notícias sobre demissão dos trabalhadores, o DIEESE vem, sistematicamente, realizando um acompanhamento dos instrumentos de negociação coletiva, firmados por entidades sindicais de todo o país, relativos ao enfrentamento da pandemia do novo coronavírus (Covid-19). O primeiro resultado desse levantamento é o *Estudos e Pesquisas nº 91 – Acordos negociados pelas entidades sindicais para enfrentar a pandemia do novo coronavírus, disponível no site do DIEESE*.

O estudo mostra que as entidades sindicais de trabalhadores estão fortemente atuantes na busca e conquista de alternativas para proteger a vida e garantir os direitos dos(as) trabalhadores(as) durante a pandemia, mesmo diante de grandes incertezas e da necessidade de adaptação e reinvenção de estratégias.

O primeiro levantamento realizado, em constante atualização, é qualitativo. Baseia-se na coleta de dados de algumas mesas de negociação que resultaram em acordos por empresas ou por categorias, na forma de convenções coletivas ou termos aditivos à convenção, com a identificação dos principais temas abordados nessas negociações.

Até o momento, estima-se que, pelo menos, 4,41 milhões de trabalhadores, em todo o país, estejam abrangidos pelas negociações observadas e que elas envolvam, no mínimo, algum dos itens referentes ao cenário da pandemia.

Os quase quatro milhões e meio de trabalhadores estão espalhados por diversas regiões, com maior concentração no Sudeste: cerca de 3,04 milhões ou 68,8% do total. Fazem parte do estudo diversas categorias. Comerciários e metalúrgi-

cos de todo o país constituem parcela importante das negociações observadas, com cerca de 1,44 milhão e 926,4 mil trabalhadores, respectivamente.

No total, o levantamento englobou várias categorias que reúnem número expressivo de trabalhadores, como químicos, bancários, pessoal da construção civil e pesada, da área da saúde, dos correios, aeroviários, aeronautas, condutores, que atuam em lanchonetes, restaurantes e hotéis, metroviários, professores, entre outras. Buscou-se

levantar um panorama diversificado, também considerando que as necessidades e as negociações são bem diferentes, a depender do setor de atividade em que os trabalhadores estão aloca-dos.



Itens mais frequentes nas negociações

- Regras sanitárias nos locais de trabalho, que englobam medidas de prevenção e higiene
- Férias individuais ou coletivas
- Banco de horas
- Licenças remuneradas
- Trabalho remoto (home office)
- Redução de jornada e/ou de salários
- Suspensão de contratos de trabalho (via regime de layoff ou MP 936)

dos ao emprego e à renda.

Entre as conquistas, vale destacar: garantia de ambientes mais seguros e de fornecimento de equipamentos de proteção para os que precisam comparecer aos locais de trabalho; afastamento imediato de trabalhadores dos grupos de risco; nos casos dos trabalhadores afastados e/ou com jornada reduzida, as entidades têm lutado para manter o pagamento integral dos salários; estabelecimento de licenças remuneradas; estabilidade temporária enquanto durar a pandemia; manutenção de todos os benefícios, como planos de saúde e vale-refeição/alimentação; criação de mecanismos, nos acordos firmados, que reforçam a necessidade de preservar a negociação coletiva, a fim de garantir maior equilíbrio nas negociações entre patrões e empregados.

O papel do sindicato no momento atual



Freepik

Sempre é importante lembrar que as entidades sindicais são instrumentos essenciais para a luta em defesa dos interesses dos trabalhadores na relação reconhecidamente conflitiva e assimétrica entre capital e trabalho. A atuação dessas organizações pela ampliação dos direitos individuais e coletivos tem contribuído decisivamente na busca por uma sociedade justa e democrática.

Nos dois últimos meses de pandemia, isolamento e paralisação de grande parte das atividades econômicas, os sindicatos assumiram protagonismo na manutenção da vida, do emprego e da saúde do trabalhador. Pressionaram pelo aumento do valor do benefício emergencial e venceram a proposta do governo de pagar somente R\$ 200,00. Por meio das negociações coletivas, evitaram que os ataques do governo aos direitos e à vida prejudicassem ainda mais os trabalhadores e lidaram com várias situações impostas a eles nos diversos setores de atividades, sempre com o objetivo de

proteger a vida e o emprego.

Rapidamente, o movimento sindical se organizou, de forma remota, elaborou uma minuta de acordo padrão para agilizar a negociação da Medida Provisória 936; vem realizando assembleias virtuais, criando canais de atendimento ao trabalhador, consultas à base por telefone, WhatsApp e outros meios eletrônicos, exercendo, assim, o papel de representação coletiva dos trabalhadores. Para os setores essenciais, que seguem em funcionamento, os sindicatos têm atuado no sentido de garantir a proteção e a segurança dos trabalhadores, uma vez que, em nenhuma medida governamental, a preocupação com este grupo foi mencionada.

No atual contexto de exceção, em que o governo ampliou a possibilidade de negociação entre patrões e trabalhadores, e os últimos são os mais frágeis, a saída para a sobrevivência, garantia de emprego e renda passa pelo fortalecimento, mobilização e organização da classe trabalhadora.

Confira nossos trabalhos sobre a crise coronavírus: www.dieese.org.br